



Ouro Preto reúne Ministério Público brasileiro



Reunião conjunta define prioridades

págs. 6 à 8

Assessoria de Comunicação Institucional - ASCOM

Ministério Público Militar - Ouro Preto

Departamento de Antropologia do Museu Nacional

Procedimentos-penal-fide à TV Justiça

Atuação a pretexto da Justiça Militar no Rio de Janeiro

RS e Escudo no Internet

Antecipação de Alvará Varietal

Presença das Forças Armadas nos atos de Eto de Taurus

Veja nesta edição de MPM Notícias:

- Conselho de Administração do novo edifício
- Delegação militar e classe social MPM
- Procedimento penal e o caso do Taurus e de Mojangaba
- Conselho geral do MPM e o Verbo do Conselho
- Forças Armadas e o crime
- Tribunal Superior do MPU promove programação em Direito Internacional
- Forças Armadas - Contingente Ato de assessoria ao MPM
- Ministério de Defesa - Defesa do Brasil - STM
- Indepressão penal nos países do Iberoamérica da Defesa Fronteira

MPM em ação

Fique por dentro do que acontece

pág. 11 e 12

Aperfeiçoamento

Turma de Direito Internacional dos Conflitos Armados.

pág. 4 e 5



Seção

MPM na mídia pág. 2

Ainda nesta Edição

Militares em terras indígenas pág. 3

Livro Direito Militar pág. 5

Eleições IBDMH pág. 10

visite nosso site: ww.mpm.gov.br



MPM na mídia



federais nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, nos últimos dez anos.

A criação desse grupo, com prazo de 120 dias para apresentar relatório final, foi bastante noticiada. Desde então, jornalistas interessados nas investigações têm procurado o MPM. Paralelo ao grupo, está instituindo-se o “Cadastro Nacional de Inquiridos Arquivados”, que tem por objetivo formar e unificar banco de dados sobre crimes não solucionados, dentre os quais, em especial, furto, desaparecimento e extravio de material bélico das Forças Armadas.

A convocação de efetivos federais para participar na segurança da população na capital fluminense, durante o carnaval, também levou o MPM a se pronunciar e ser

destaque na mídia. A posição da instituição – contrária à presença de tropas militares na manutenção da segurança, por entender que não estão devidamente treinadas para atuarem em casos de operações policiais – foi divulgada em jornais, especialmente os cariocas, e confrontada com opiniões de populares que se manifestaram sobre o desempenho do Exército no patrulhamento da cidade.

A ameaça sofrida pelo promotor da Justiça Militar no Rio de Janeiro, Otávio

Bravo, foi outro fato ocorrido na capital fluminense que levou o MPM às manchetes. Em função do teor das ameaças feitas acredita-se tratar de tentativa de intimidação quanto aos atos praticados pelo promotor no processo que investiga fraudes cometidas por militares em concurso para sargento do Exército, aplicado na Escola de Instrução Especializada no Rio de Janeiro, em curso na 4ª auditoria da 1ª CJM (RJ). Além das garantias de vida para o promotor e outros membros envolvidos no processo, solicitadas à Polícia Federal, a PGJM também oficiou documento ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz



Procuradora-geral fala à TV Justiça

Bastos, e ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, comunicando o caso.

Todos esses acontecimentos motivaram, ainda, convites para que a procuradora-geral participasse de programas e entrevistas na TV Justiça.

Ministério Público da União • Ministério Público Militar • Procuradoria-Geral da Justiça Militar

MPM notícias - Informativo do Ministério Público Militar • Publicação de circulação dirigida, editada pela Assessoria de Comunicação Institucional da Procuradoria-Geral da Justiça Militar.

Marisa Terezinha Cauduro da Silva - Procuradora-Geral da Justiça Militar • Edmar Jorge de Almeida - Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar
Carlos Frederico de Oliveira Pereira - Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão • Péricles Aurélio Lima de Queiroz - Corregedor-Geral
Berta Martha Wernik - Chefe de Gabinete • Pedro Alberto da Silva Alvarenga - Diretor-Geral

Editora - Solange Pereira Pinto DRT/4781/14/80/DF - Jornalista - Hebert França - Diagramação/Arte - Alessandra Duarte/Felipe Cruzen

Endereço: SAUS Quadra 3 Bloco J - 70.070-25 - Brasília-DF - Internet: www.mpm.gov.br - E-mail: ascom@mpm.gov.br
Tel.: (61) 313.6108/6107 - Fax: (61) 321.7317



Grupo discute a presença de militares em terras indígenas

O corregedor-geral do Ministério Público Militar - MPM, Péricles de Queiroz, participou do II Encontro de Manaus sobre o tema “Questão de Militares em Terra Indígenas”, no Comando Militar do Exército em Manaus - AM, ocorrido em 19 de fevereiro. A participação foi autorizada pelo Conselho Superior em dezembro do ano passado.

O MPM foi convidado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República para participar nesse grupo de discussões como interlocutor das Forças Armadas em temas relacionados à inserção de militares em terras indígenas.

Segundo estudo do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD, órgão ligado ao Ministério da Justiça, a convivência de militares com populações indígenas exige a adoção de um protocolo de atuação comum.

Durante o encontro, representantes de comunidades indígenas apresentaram o documento “Bases para o diálogo e novas relações entre os povos indígenas e as Forças Armadas do Brasil”, em que sugerem diretrizes para a relação entre militares e povos indígenas, classificada por eles como “sempre conflituosa”.

Segundo Péricles de Queiroz, até hoje nenhuma denúncia sobre

abusos cometidos por militares contra indígenas dentro de área militar chegou ao conhecimento do MPM. Mas, diante do exposto pelas lideranças da região, o corregedor-geral sugeriu à procuradora-geral Marisa Cauduro que se estabeleça



um canal permanente de diálogo entre o MPM e as comunidades indígenas, a Fundação Nacional do Índio - Funai e as Forças Armadas para a apuração de possíveis fatos que possam representar violação de Direitos Humanos.

Como resultado desse encontro será criado um Grupo de Trabalho constituído por lideranças indígenas, representantes dos Ministérios Públicos Federal, do Trabalho e Militar, Funai, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB, Ministério da Justiça com o objetivo de criar um termo de convivência cooperativa entre militares e indígenas.

VEJA A PROPOSIÇÃO DOS REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES INDÍGENAS ENTREGUE AOS PARTICIPANTES DO II ENCONTRO DE MANAUS

1 – Reconhecimento do Brasil como país multiétnico e pluricultural, e respeito aos direitos diferenciados dos povos indígenas;

2 – relação com os povos indígenas, baseada no diálogo, numa nova concepção de proteção das faixas de fronteira e na valorização dos povos indígenas enquanto agentes historicamente importantes na proteção da soberania e do território nacional;

3 – apoio às ações de proteção das terras indígenas e seus recursos naturais e das biodiversidades, sempre que solicitado pelas comunidades e os órgãos públicos responsáveis pela proteção dos direitos indígenas (MJ, Funai, DPF, MMA);

4 - incorporação no programa de formação dos efetivos de cursos específicos sobre direitos humanos e história e direitos dos povos indígenas;

5 – seleção criteriosa e preparação específica para os oficiais que têm atuação direta nas comunidades indígenas;

6 – revogação do decreto 4412/2002, que autoriza a construção de instalações militares e policiais em terras indígenas;

7 – criação de um Fórum Permanente Interinstitucional, para avaliar, deliberar e propor medidas e critérios que regulem a presença dos militares em terras indígenas.



MPM sedia aula inaugural do curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados



Abertura do curso no auditório da PGJM

No momento em que o mundo discute a legalidade da Operação Liberdade no Iraque, promovida pela coalizão Estados Unidos e Inglaterra ao Iraque, a Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPTU, em parceria com a Universidade de Brasília e a Universidade de Ruhr de Bochum, na Alemanha, e com o apoio do Instituto Brasileiro de Direito Militar e Humanitário - IBDMH, iniciam, em

Brasília, o curso de pós-graduação “lato sensu” em Direito Internacional dos Conflitos Armados.

A aula inaugural do curso, ocorrida no dia 10 de março, no auditório do Ministério Público Militar, contou com a presença da procuradora-geral Marisa Cauduro; do vice-procurador-geral e conselheiro junto à ESMPTU, Edmar Jorge de Almeida; do professor Joachim Wolf do Instituto de Direito

Internacional da Paz e dos Conflitos Armados da Universidade de Ruhr, e de representantes da Embaixada da Alemanha, do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, entre outras autoridades.

Nos discursos que abriram o evento, todos foram unânimes em afirmar da oportunidade em que o curso se realiza - quando o governo norte-americano e seus aliados questionam a legitimidade das Organizações das Nações Unidas - ONU e os preceitos do Direito Internacional como limitadores ao poder de decisão dos Estados Unidos sobre como e quando agir em relação a outros povos e nações. Como evidencia parte do pronunciamento da procuradora-geral: “O momento histórico, no qual conflitos armados de várias dimensões estão espalhados pelo planeta e suas consequências sobre a paz mundial, impõem ao Ministério Público e às Forças Armadas a busca de parcerias, do intercâmbio de formas de ação conjunta e principalmente o conhecimento especializado. Desse

Participantes do curso:

Alberto Rodrigues Ferreira, Alexandre Emílio Spengler, André Luiz Rodovalho Nascimento, Antônio Carlos Gomes Facuri, Cláudia Rocha Lamas, Edmar Jorge de Almeida, Franklin Rodrigues Feitosa da Costa, Jaime de Cássio Miranda, José Wilame Vitoriano Matias, Juan Carlos Orozco, Luís Antônio Grigoletto, Luiz Fernando Lobo Loureiro, Marcelo Akiyoshi Loureiro, Mário Sérgio Marques Soares, Neleide Abila, Nelson Luís Arruda Senra, Nísio Edmundo Tostes Ribeiro Filho, Paulo Vladimir Ribeiro Rodrigues, Pedro Oto de Quadros, Roberto Coutinho, Sílvia Backes





modo, é premente disseminar o direito internacional humanitário e formar agentes multiplicadores do conhecimento sobre o direito internacional dos conflitos armados”.

Joachim Wolf, um dos estudiosos mais respeitados internacionalmente na problemática dos conflitos armados e professor do curso crê que questões

como a do terrorismo, apontada pelo governo estadunidense como justificativa para o início da guerra, não são sanadas via conflitos armados. “Políticas internacionais, como a de prevenção ao terrorismo devem ser resolvidas em casa, ou seja, internamente”, afirmou o professor.

Segundo o subprocurador da Justiça Militar, Nelson Luís Arruda Senra, um dos alunos do curso, a coincidência entre o início das aulas e o momento histórico que vivemos revelam o caráter atual e relevante com que a ESMPU tem montado sua grade de cursos.

Numa das primeiras aulas os alunos simularam reunião do Conselho de Segurança da ONU em que tomaram conhecimento de como questões como os conflitos armados são discutidas. Além das



Turma de Direito Internacional dos Conflitos Armados

aulas expositivas, o curso terá um módulo prático, a ser realizado com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, oportunidade em que os alunos assumirão diversas funções numa situação de emergência humanitária fictícia em que deverão lidar interativamente com os problemas que serão postos. Trata-se de uma “case study week”, como vem sendo oferecido aos estudantes do programa de mestrado em assistência humanitária da Universidade de Ruhr.



Joachim Wolf professor da Universidade de Ruhr de Bochum, na Alemanha

Membros do MPM participam em publicação

A Associação Nacional dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais - AMAJME lançou o livro Direito Militar – história e doutrina, reunindo artigos inéditos de onze articulistas e organizados por Getúlio Corrêa.

O livro, segundo Nelma Sarney, presidente da AMAJME, visa a “estimular, cada vez mais, que os operadores do direito vislumbrem o Direito Militar como mais um segmento a ser estudado pela doutrina, e reconhecido como imprescindível a plena com-

preensão do ordenamento jurídico brasileiro”.

Contribuíram com artigos para a publicação o corregedor-geral do MPM Péricles Aurélio Lima de Queiroz - “O conselho de justificação no direito militar brasileiro” – e o promotor da Justiça Militar em Santa Maria Jorge César de Assis - “Funções institucionais do Ministério Público Militar na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”.





Ministério Público Brasileiro discute prioridades em reunião conjunta

Realizado em Ouro Preto (26 a 28/3), o V Congresso Estadual do Ministério Público de Minas Gerais, com o tema “Refletir e Repensar o Ministério Público”, contou com a participação de mais de 250 membros integrantes dos Ministérios Públicos de todo o país. Na reunião conjunta, representantes dos colegiados - Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp); Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJG); e Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNCGMP) - discutiram temas como a reforma previdenciária, a intervenção no processo civil, o foro especial e o combate ao crime organizado



as prioridades do Ministério Público brasileiro, buscando-se um consenso nacional tendo em vista que a Constituição Federal ampliou a atuação da instituição o que implicou em maiores responsabilidades sociais. Para exemplificar, o Ministério Público da Paraíba atua em todos os processos da área civil, inclusive, ações de despejo.

Em Tocantins, há a atuação em

discute é se o Ministério Público deve ou não estar presente em processos cíveis em que não haja, por exemplo, incapazes, menores, idosos. Ou seja, quem realmente precise do amparo do estado em ações do cotidiano como, casamentos, despejos, etc. O conselho dos corregedores tratará aqui em Ouro Preto desta temática para chegarmos a um consenso e compartilhar com os demais colegiados”, diz Péricles.



Abertura dos eventos no Centro de Convenções de Ouro Preto

Foro especial - Já sobre a questão do “foro especial”, Neden Vieira salientou que a lei aprovada no final do governo Fernando Henrique Cardoso traz consequências graves para o MP. “Ampliar o julgamento privilegiado para os praticantes de improbidade administrativa fere os preceitos constitucionais. Os

juizados especiais cíveis. “Nossas atribuições mudaram a partir de 1988, antes procurávamos ocupar espaços, hoje temos maiores responsabilidades sociais. Então, precisamos nos adaptar a essa nova realidade. Atualmente, temos estados que fazem um tipo de intervenção processual e outros que fazem outro. Isso não é bom, porque a sociedade não entenderá porque em um lugar pode isso e em outro não pode, por isso é necessário definir uma atuação conjunta do Ministério Público em todo o Brasil”, analisa Neden Freire Vieira, presidente do CNPJG.

Na avaliação do presidente do CNCGMP, Péricles Queiroz, o assunto da intervenção de promotores em assuntos cíveis, deve ser analisado com prudência e merece amadurecimento. “Existem duas correntes. O que se

procuradores-gerais, através do CNPJG, já entraram com uma ação direta de inconstitucionalidade que está com o ministro do STJ, Sepúlveda Pertence para decisão”, afirmou.

Crime organizado e proteção às autoridades - Em relação ao tema combate ao crime organizado, ficou clara a carência de instrumentos legais para a ação de promotores, bem como a importância da continuidade do aperfeiçoamento e especialização nesse campo de atuação para os membros dos MP’s. Além disso, foi citada a preocupação em se aprimorar a estrutura institucional, com a criação de grupos de trabalho especiais de promotores. “Acredito que de forma mais organizada, unindo esforços e mobilizando o Ministério



Público como um todo, teremos maiores condições de trocar experiências e compartilhar informações absolutamente indispensáveis para uma ação eficaz e conjunta visando a inibir a prática de organizações criminosas”, avalia o presidente do CNPGJ.

Ainda na reunião conjunta, os participantes demonstraram sua indignação com os crimes e intimidações que rondam os defensores da justiça, lembrando o caso do promotor assassinado, em Belo Horizonte, no ano 2002, Francisco Lins do Rego e mais recentemente o dos dois juízes de execuções penais mortos em São Paulo e no Espírito Santo. Citando, ainda, os casos ocorridos na semana passada,

em que dois promotores da Paraíba e um do Ministério Público Militar no Rio de Janeiro foram ameaçados. Os membros ressaltaram que não vão recuar, que o Ministério Público não se sente intimidado e que agirão no que for preciso. Criticaram o fato dos juízes deixarem de visitar



Marisa Cauduro



Procuradores-gerais em reunião temática

presídios, face aos assassinatos, e concordaram que é preciso estabelecer uma pauta de prioridades para aprovação de projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados, para que

sejam logo aprovados aqueles que auxiliam as atividades do Ministério Público e ampliam seus instrumentos para ação imediata.

A procuradora-geral da Justiça Militar, Marisa Cauduro, reafirmou sua posição sugerindo que uma medida de emergência deve ser tomada. “Não podemos esperar outra tragédia para ter os instrumentos válidos nas mãos, pelo fato dos projetos ainda estarem em tramitação no Congresso. Temos que agir em medida de emergência, criando mecanismos mais ágeis, como, por exemplo, um serviço de inteligência que identifique os planos das organizações criminosas e possibilite a atitude preventiva de proteção às autoridades. Caso contrário, as tentativas de intimidação e assassinatos irão continuar”.

Nota oficial pede combate ao crime organizado e adoção de medidas de segurança

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça (CNPGJ) e o Conselho dos Corregedores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, reunidos na cidade de Ouro Preto, MG, em 27 de março de 2003 – diante das recentes execuções de membros do Poder Judiciário, em ações criminosas organizadas que eliminam vidas e escancaram o desparelhamento material e legislativo do poder estatal para enfrentamento da violência e da criminalidade – comparecem perante a sociedade brasileira, para reconhecer e defender a urgência da implementação de ações que cessem a inconcebível violação do Estado Democrático de Direito.

representações do Ministério Público brasileiro, mobilizadas pela gravidade e pelo potencial ofensivo dos ataques perpetrados contra autoridades responsáveis pela garantia da ordem e prevalência da paz social, que acabam por atingir todo o povo brasileiro, posicionam-se:

pela retomada, no Congresso Nacional, em caráter de urgência, dos projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados, especialmente aqueles elaborados em 2002 pela Comissão Mista Especial de Segurança Pública, e relacionados a organizações criminosas, ao narcotráfico e à lavagem de dinheiro, todos já exaustivamente debatidos com a sociedade organizada;

pela adoção de medidas que assegurem o direito social à segurança pública e a atuação plena de membros do Ministério Público e

de integrantes do Poder Judiciário, autoridades para as quais o Estado tem o dever de garantir segurança para o efetivo desempenho de suas funções.

Finalmente, repelem qualquer forma de intimidação e reafirmam a disposição fortalecida de promover todas as iniciativas de combate à impunidade e à corrupção, no âmbito de quaisquer setores do País.



Presidentes dos colegiados CNCGPMP, CNPGJ, Conamp

Nesse sentido, as mais altas



Corregedores-Gerais deliberam sobre atuação do MP

Paralelamente ao V Congresso Estadual do Ministério Público de Minas Gerais, em Ouro Preto, houve o 33º Encontro do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNCGMP, no qual os representantes dos MP's brasileiros discutiram, durante dois dias, a respeito de vários assuntos, tais como: intervenção no processo civil, independência funcional, segurança de membros, conduta homogênea da classe. O evento também possibilitou a troca de experiências e relato de casos e exemplos envolvendo as dificuldades e desafios que as corregedorias têm enfrentado para exercer o seu papel.

Na opinião do corregedor-geral de São Paulo, Carlos Henrique Mund, a ação da corregedoria do Ministério Público deve ser muito mais preventiva do que corretiva e sugeriu a aquisição de um sistema informatizado pelo Conselho,

visando permitir a todas as corregedorias do país o compartilhamento de orientações, situações e soluções envolvendo a atuação de promotores. "Se conseguirmos orientar adequadamente os membros, não precisaremos lançar mão de instrumentos corretivos. Trabalhar preventivamente é sempre melhor que ter que consertar depois. Se uma procuradoria do norte puder acessar periodicamente as boas soluções encontradas em outra localizada no sul, ganharemos em tempo e qualidade. Acredito que o intercâmbio de informações é fundamental nesse processo e para se encontrar um pensamento mais homogêneo", diz Mund.

Durante as exposições, os corregedores-gerais foram unânimes quanto ao risco da atividade exercida pelo Promotor de Justiça. "Exige-se desse profissional um perfil de atuação corajosa frente às adversidades, especialmente no

trato dos casos envolvendo crime organizado e quadrilhas de delinquentes". Ao final, recomendaram que os membros não se deixem intimidar por ameaças, ao mesmo tempo em que confiam nas providências de proteção que vêm sendo adotadas pelos procuradores-gerais.

Os trabalhos resultaram na Carta de Ouro Preto que contém as deliberações do Conselho. "A principal conclusão da reunião é que incumbe às Corregedorias-Gerais do Ministério Público um papel fundamental na estrutura da instituição, promovendo contínuo aperfeiçoamento da atividade ministerial, o controle interno a respeito do exercício funcional pelos membros, objetivando o exato cumprimento das finalidades constitucionais, de forma a proporcionar efetiva resposta às aspirações e aos anseios da sociedade", avalia o presidente do CNCGMP Péricles de Queiroz.



Durante dois dias corregedores discutem prioridades



CARTA DE OURO PRETO

O CONSELHO NACIONAL DOS CORREGEDORES-GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO, por seu presidente, Subprocurador-Geral da Justiça Militar **PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ**, reunido nos dias 26 a 28 de março do ano de dois mil e três, na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, e com a presença dos Senhores Corregedores-Gerais dos Estados do Acre, Procurador de Justiça **Cosmo Lima de Souza**; de Alagoas, Procurador de Justiça **Lean Antônio Ferreira de Araújo**; do Amapá, Procurador de Justiça **Márcio Augusto Alves**; do Amazonas, Procuradora de Justiça **Rita Augusta de Vasconcellos Dias**; da Bahia, Procurador de Justiça **José Marinho das Neves Neto**; do Ceará, Procurador de Justiça **Nicéforo Fernandes de Oliveira**; do Distrito Federal, Procurador de Justiça **Amarílio Tadeu Freesz de Almeida**; do Espírito Santo, Procurador de Justiça **José Adalberto Dazzi**; do Maranhão, Procuradora de Justiça **Regina Lúcia de Almeida Rocha**; do Mato Grosso, Procurador de Justiça **Hélio Fredolino Faust**; do Mato Grosso do Sul, Procurador de Justiça **Olavo Monteiro Mascarenhas**; de Minas Gerais, Procurador de Justiça **Manoel Divino de Siqueira**; do Pará, Procurador de Justiça **Luiz Ismaelino Valente**; da Paraíba, **Amarília Sales de Farias**, do Paraná, Subcorregedor-Geral **José Ivahy de Oliveira Viana** (representante); de Pernambuco, Procurador de Justiça **Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti**; do Piauí, Procuradora de Justiça **Martha Celina de Oliveira Nunes**; do Rio de Janeiro, Procuradora de Justiça **Dalva Pieri Nunes** (representante); do Rio Grande do Norte, Procurador de Justiça **Cezário Nobre de Mariz Maia**; do Rio Grande do Sul, Procuradora de Justiça **Jacqueline Fagundes Rosenfeld**; de Rondônia, Procurador de Justiça **Cláudio José de Barros Silveira**; de Roraima, Procurador de Justiça **Alessandro Tramujas Assad**; de Santa Catarina,



Corregedor-Geral Substituto **Mário Gemin** (representante); de São Paulo, Procurador de Justiça **Carlos Henrique Mund**; de Sergipe, Procurador de Justiça **Darcilo Melo Costa**; e de Tocantins, Procuradora de Justiça **Leila da Costa Vilela Magalhães**; e do Ministério Público do Trabalho, Subprocuradora-Geral do Trabalho **Heloisa Maria Moraes Rego Pires**,

DELIBEROU:

1 – Recomendar às Corregedorias-Gerais que realizem levantamento sobre os membros do Ministério Público que exercem atividades de Magistério ou correlato, a fim de se assegurar à compatibilidade das funções institucionais com o direito constitucional de exercer aquelas atividades.

2 – Instituir Comissão de Estudo, composta por cinco membros do Órgão Colegiado, visando aprofundamento da discussão acerca da intervenção do Ministério Público no processo civil, objetivando apresentação de propostas concretas para homogeneização das orientações a serem expedidas pelas Corregedorias-Gerais dos Estados e da União.

3 – Manifestar-se pela legalidade da solicitação de informações preliminares, pelas Corregedorias-Gerais, ao membro do Ministério Público alvo de representação de natureza disciplinar, antes mesmo da instauração formal de processo disciplinar, como corolário da busca de subsídios para emissão de juízo afeto à sua competência fiscalizatória e correicional exclusiva.

4 – Declarar que o princípio da independência funcional não possui caráter absoluto, não devendo ser recepcionado como defesa em casos de manifesta atuação funcional desidiosa, inclusive nos autos de processo judicial, pois a garantia da liberdade de atuação deve ser interpretada em consonância com os demais princípios institucionais, mormente com o da unicidade.

5 – Repelir qualquer ato afrontoso ou intimidatório contra membros do Ministério Público do Brasil, assegurando que o medo não se ajusta à dignidade de nossa Instituição e que o risco de vida é inerente ao exercício de nossas funções.

Ouro Preto, 28 de março de 2003.



IBDMH e a projeção do Direito Internacional

Fazendo uma avaliação desses três anos de atividades da Fundação Instituto Brasileiro de Direito Militar e Humanitário – IBDMH, o diretor-geral, Edmar Jorge de Almeida, crê que a meta fundamental de criação do instituto – a projeção do direito internacional militar no ambiente acadêmico nacional – foi atingida. “Isso se deve, em especial, ao esforço dos dois diretores do instituto, Carlos Frederico de Oliveira Pereira e



Edmar Jorge: atual presidente do IBDMH

Péricles Aurélio Lima de Queiroz. Principais idealizadores e, hoje, grandes realizadores dessa conquista”,

Com a criação dessa massa crítica em direito internacional militar no MPM, na magistratura militar e na advocacia militar federal e estadual, o IBDMH, informa Edmar Jorge, começa a atuar em

outra demanda: a realização de eventos culturais e científicos, acadêmicos ou profissionais, com vistas “à difusão

desse conhecimento tão fundamental nos dias de hoje”.

Para breve, o IBDMH estará abrindo processo de seleção para formação de turmas de mestrado e doutorado em Direito Internacional dos Conflitos Armados, ainda com o apoio da Universidade de Ruhr, de Bochum - Alemanha.

Ainda no ano de seu terceiro aniversário, o IBDMH estará convocando seus afiliados para realização de eleição sucessória à atual diretoria. Será o primeiro pleito para composição da direção do instituto desde sua criação, em 2000.

Diretrizes administrativas para 2003

A primeira reunião administrativa do Ministério Público Militar no ano de 2003 ocorreu no dia 11 de março. Diferente das versões anteriores, quando ocorria em horário comum a todos os servidores do órgão, foram realizadas duas reuniões: uma no turno da manhã, às 11h, e outra no da tarde, às 17h. “O horário antigo, por volta das 13h, atrapalhava o andamento da reunião. Alguns ficavam impacientes pelo horário da saída e outros preocupados com as atividades que deveriam iniciar”, justifica o coronel Alvarenga, diretor-geral do MPM.

Na pauta de discussões um item se destacou: a necessidade de redução de

não considera os reajustes que algumas tarifas como água, energia elétrica e telefone sofreram no último ano. E nessa contabilidade, como não é possível aumentar a receita, o órgão terá que reduzir as despesas para poder se manter durante o ano.

Segundo levantamento da Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão – Asplog um dos principais gargalos da instituição está nos gastos com impressão. Para manter as copiadoras-impressoras, o órgão paga anualmente R\$ 250 mil. Mas como as cópias excedem o quantitativo contratado, o MPM gasta mais R\$ 40 mil por ano. Cartuchos para impressoras e papel são, também, alguns dos itens que mais pesam nas despesas com de material de expediente.

Com o objetivo de controlar o número de cópias e tentar identificar onde os custos poderão ser diminuídos, as solicitações ao Setor de Reprografia passarão a ser feitas via formulário, que está em desenvolvimento pela Divisão de Administração – DA. Também visando à redução de despesas com impressos, a Assessoria de Comunicação – Ascom realiza um levantamento do quantitativo ideal de publicações periódicas impressas no órgão – Boletins de Serviço, Resenhas,



Diretor-geral fala do orçamento para 2003

Sínteses. O diretor-geral pediu, ainda, que os servidores otimizassem ao máximo a utilização de impressos: reduzindo o número de cópias; usando preferencialmente as impressoras Xerox existentes na rede, de custo menor e evitando, quando possível, a produção de impressos coloridos

Ainda nessa política de contenção, o coronel Alvarenga reiterou pedidos quanto ao uso com parcimônia da energia elétrica, da água e do telefone.



Servidores na reunião administrativa

custos. Conforme exposto pelo diretor-geral, o orçamento que o MPM dispõe para 2003 é igual ao de 2002. Ou seja,



MPM em ação

Na sessão de abertura do ano judiciário do Superior Tribunal Militar – STM, a procuradora-geral Marisa Cauduro proferiu discurso saudando o mais novo integrante da casa, o ministro Almirante-de-Esquadra Marcus Augusto Leal de Azevedo.

Nomeado na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Domingos José da Silva, Marcus Augusto Leal exerceu, anteriormente, as funções de secretário-geral da Marinha e Chefe-do-Estado Maior da Armada.

Leia trecho do discurso da procuradora:

“Senhor Ministro Leal de Azevedo, a Instituição Ministerial o saúda com os melhores votos de boas-vindas, formulando considerações de sucesso, com a certeza de que a sua presença irá constituir a soma de forças necessárias e adequadas para a contínua tarefa de realização da Justiça Militar no mais alto Tribunal especializado deste País”.



A procuradora da Justiça Militar em Manaus, Maria de Nazaré Guimarães de Moraes, proferiu a palestra “Auto de Prisão em Flagrante” no I Simpósio de Segurança Institucional promovido pelo Comando da Aeronáutica, na capital amazonense, no dia 20 de novembro de 2002.



A promotora da Justiça Militar em São Paulo, Najla Nassif Palma, foi homenageada pelo 2º Grupo de Artilharia Antiaérea – 2º GAAAE – Grupo Fernando de Noronha, com o Diploma Amigo e Colaborador entregue em cerimônia ocorrida em 3 de dezembro.

Em janeiro último, o estandarte da 6ª Região Militar (Região Marechal Cantuária) foi agraciado com a Ordem do Mérito Ministério Público Militar. Coube ao subprocurador-geral Kleber de Carvalho Coêlho fazer a aposição da insígnia, em solenidade ocorrida em Salvador / BA.



O Conselho Superior do Ministério Público Militar autorizou o afastamento do procurador da Justiça Militar de São Paulo – 2º Ofício, Antonio Antero dos Santos, para participar do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégica da Escola Superior de Guerra, na cidade do Rio de Janeiro, de 5 de março a 17 de dezembro de 2003.



De 24 de fevereiro a 6 de março, o subprocurador-geral da Justiça Militar, Edmar Jorge de Almeida, conselheiro do MPM na Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU assumiu interinamente a direção da instituição, em função do afastamento da diretora, Sandra Cureau, que esteve na França participando de curso de formação.



O promotor da Justiça Militar em Fortaleza, Alexandre José de Barros Leal Saraiva, lançou o livro Direito Penal Fácil pela Editora Del Rey.

A edição nº 38, de novembro / dezembro de 2002, da Revista Direito Militar de Florianópolis publicou o artigo “Comissionamento em Postos Militares, de Juizes-Audidores, Membros do Ministério Público Militar e da Defensoria Pública da União, por ocasião do tempo de guerra” de autoria do promotor da Justiça Militar em Santa Maria / RS, Jorge César de Assis. Outro artigo do promotor, “Os Regulamentos Disciplinares e o Respeito aos Direitos Fundamentais”, foi publicado no Informativo Jurídico inConsulex de 13-1-2003.



A procuradora-geral do MPM, Marisa Cauduro, foi convidada a integrar o grupo temático que discute a Reforma da Previdência no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES. Na pauta de discussões do grupo estão itens polêmicos como a possível definição de um piso e um teto para a aposentadoria; a data da vigência do regime de previdência complementar para os funcionários públicos; o aumento ou não do período de carência em cargo efetivo - que hoje é de dez anos - e de exercício em cargo comissionado - que hoje é de cinco anos - e a manutenção ou não dos benefícios recebidos atualmente pelos aposentados rurais. O CDES, criado em 13 de fevereiro último, é um fórum especial para discussões dos grandes temas políticos do país que tem por objetivo assessorar a Presidência da República em suas decisões. São 82 conselheiros, 41 representantes dos setores financeiro, industrial e de mercado, e outros 41 da sociedade civil, como dos setores cultural, religioso e entidades de classes.



MPM em ação

O procurador da Justiça Militar em Juiz de Fora, Antonio Pereira Duarte e o promotor da Justiça Militar no Rio de Janeiro Ailton José da Silva participaram, de 19 a 21 de fevereiro, em Porto Alegre / RS, da VI Reunião do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas – Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rego – VI GNCOC. Durante o encontro foram discutidos os ilícitos que mais afligem os Estados e constituem o foco da atuação das organizações criminosas, como por exemplo: adulteração de combustíveis e cartelização na distribuição; lavagem de dinheiro e crimes contra a ordem tributária. Os representantes do MPM integraram as comissões nos temas de lavagem de dinheiro e sistema prisional, contribuindo na apresentação de estudos para o combate eficaz das organizações criminosas.

A Faculdade da Terra Brasília em parceria com a Fundação Gonçalves Ledo realizam, de 10 de março a 5 de abril, o curso Gestão da Segurança Empresarial. As aulas, coordenadas pelo professor Luiz Iponema, diretor do Centro de Estudos Técnicos de Segurança Patrimonial, acontecem no auditório do Ministério Público Militar.

Acatando a decisão do Conselho Superior do MPM e atendendo a solicitação constante no Relatório de Correição Extraordinária Parcial efetuada na PJMDF, a procuradora-geral alterou a denominação da Procuradoria da Justiça Militar do Distrito Federal – PJMDF para Procuradoria da Justiça Militar em Brasília/DF – PJM/Brasília/DF.

O corregedor-geral do MPM, Péricles Aurélio de Queiroz, foi eleito coordenador do Conselho Editorial da Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU, para um mandato de um ano. Desde sua criação, há pouco menos de dois anos, este conselho editou cinco números do Boletim Científico e para breve, prevê a publicação de um número especial comemorativo aos 10 anos da Lei Complementar do Ministério Público da União.

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT convida os servidores do MPM a participarem do coral daquela instituição, que se reúne às segundas e às sextas-feiras às 18h. Os interessados podem entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos do MPDFT, pelo e-mail drh-ddr@mpdft.gov.br.

Em fevereiro (17), o subprocurador da Justiça Militar Kléber de Carvalho Coelho proferiu aula inaugural sobre o tema “Emprego das Forças Armadas nas ações de preservação da lei e da ordem” no auditório do NPOR, do 19ºBC, em Salvador.

O procurador da Justiça Militar em Fortaleza/CE, Antonio Cerqueira, proferiu palestra sobre o tema *Nova Lei de Tóxicos (Lei nº 10.409/2002) e a Reforma do Código Penal*, no Auditório Desembargador Floriano Cavalcanti – TJ/RN, em evento promovido pela Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte, de 8 a 10-12-2002.

No dia 27 de fevereiro, membros e servidores da Procuradoria-Geral da Justiça Militar se reuniram no auditório da instituição para comemorar os aniversariantes dos meses de janeiro e fevereiro. Na ocasião, a servidora Maria Cleusa Oliveira Rodrigues, recentemente aposentada, foi presenteada pela procuradora-geral, Marisa Cauduro, com uma placa prata, em reconhecimento por seus 5745 dias de trabalho prestados ao MPM.



A tenente Virgínia Leite, que serviu como enfermeira voluntária na Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a II Guerra Mundial, foi agraciada com a Ordem do Mérito Ministério Público Militar. A homenagem aconteceu no dia 22 de fevereiro, em Curitiba, durante solenidade comemorativa do 58º Aniversário da Tomada de Monte Castelo, na Itália, em 1945. “Quando viajei para a Itália, não tentei nem saber se teria vencimentos. Mas por termos feito ações humanitárias, agora somos recompensados”, disse a enfermeira ao ser condecorada.

Já está disponível, em caráter experimental, na página eletrônica do MPM (www.mpm.gov.br) o Clipping Eletrônico com as matérias de interesse do órgão veiculadas na imprensa. Para ter acesso, clique na opção Notícias e na caixa Clipping Eletrônico. Vale lembrar que o Boletim de Serviço (BS), editado pela Divisão do Pessoal e atualizado às terças-feiras, também pode ser acessado eletronicamente no site.